

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis
Análise de Custos
Contabilidade e Orçamento Empresarial
Contabilidade Governamental
Ética Profissional
Sistemas Contábeis II

CONTRIBUIÇÃO DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO PARA
A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS

Diego Cassio dos Santos Alves
Guilherme Teixeira Régis
Hylton Carlos Ottoni
Leonardo Fernando Silva de Paula
Ranier Rubson Almeida Junior
Robert Viana Ateniense

Belo Horizonte
25 maio 2012

Diego Cassio dos Santos Alves
Guilherme Teixeira Régis
Hylton Carlos Ottoni
Leonardo Fernando Silva de Paula
Ranier Rubson Almeida Junior
Robert Viana Ateniense

**CONTRIBUIÇÃO DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO PARA
A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS**

Trabalho interdisciplinar apresentado às disciplinas de Análise de Custos, Auditoria, Contabilidade e Orçamento Empresarial, Contabilidade Governamental, Ética Profissional e Sistemas Contábeis II do 6º período do Curso de Ciências Contábeis Noite do Instituto de Ciência Econômicas e Gerenciais da PUC Minas BH.

Professores: Amaro da Silva Júnior
Amilson Carlos Zanetti
Alex Magno Diamante
José Luiz Faria
José Ronaldo da Silva

Belo Horizonte
25 maio 2012

CONTRIBUIÇÃO DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO PARA A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RESUMO

O estudo proposto deste artigo tem que como objetivo correlacionar as diversas áreas de conhecimento para a formação e atuação do profissional contábil. Destarte, para desenvolvimento do mesmo, efetuamos pesquisas de campo pra evidenciação da rotina contábil em consonância com o RP e também verificamos os benefícios da auditoria externa para a entidade sob análise. Realizamos uma entrevista com um profissional da contabilidade pública evidenciando as particularidades desse ramo. Relacionamos a área de conhecimento em custos com os setores de auditoria e orçamento empresarial, além de integralizar diversas áreas afins a o seguimento de orçamento empresarial.

Percebemos assim a importância da expansão da área contábil através da integração de outras áreas, complementando o seu conhecimento técnico na área o desenvolvimento profissional no mercado.

PALAVRAS-CHAVE

Controle. Auditoria Externa. Profissional. Patrimônio Público.
Gestão empresarial. Auditoria. Sistema.

1 INTRODUÇÃO

A execução do trabalho interdisciplinar se baseou na análise inicial do tema tratado e na correlação do mesmo nas disciplinas representadas neste trabalho. Durante o desenvolvimento do trabalho, verificamos que a imprescindibilidade das disciplinas do 6º período de Ciências Contábeis na PUC Minas na formação de um profissional contábil capacitado para o mercado de trabalho. Da mesma maneira, existe uma inter-relação entre as próprias matérias apresentadas a nós estudantes do 6º período de modo que a não compreensão de algum conteúdo apresentado influi diretamente e proporcionalmente no entendimento do conteúdo das demais disciplinas.

Assim sendo, a partir desse trabalho fomos apresentados à plenitude do profissional contábil. Não que tenhamos adquirido todo o conhecimento necessário para nos tornarmos profissionais íntegros, mas foi possível identificar a interdependência entre as disciplinas do curso de Ciências Contábeis de modo que agora sim, estamos elucidados sobre como nos tornarmos contadores exemplares.

2 ANÁLISE DE CUSTOS E OS RELATÓRIOS PARA TOMADAS DE DECISÕES

Contabilidade de custos é o segmento da contabilidade mais utilizado para a o gerenciamento e controle das organizações. O controle dos custos inerentes ao processo produtivo faz parte das apropriações que o contador utiliza para reduzir e melhorar a distribuição dos recursos da entidade. Como o objetivo dessa análise é aplicar conhecimentos recolhidos no processo de produção para que os custos referentes à implantação e gerenciamento de sistema de custos e adoção de

técnicas e critérios de custeio para geração de informações para o controle gerencial.

A contabilidade custos era vista nos primórdios da contabilidade como uma ferramenta de auxílio para com o fisco. As tomadas de decisões levavam em conta a contabilidade de custos somente para a redução da carga tributária.

Com o desenvolvimento da contabilidade, os profissionais perceberam quão importante que eram os custos de produção. A análise dos custos se aprimorou neste momento, assim se tornando peça fundamental para as tomadas de decisões. Produzindo dados e informações para que a entidade analisasse o andamento das suas atividades, os contadores atualmente auxiliam as decisões de planejamento das operações perfazendo um ideal de qualidade e aprimorando a eficiência na geração de lucro da entidade, isto é, um maior ganho para os seus gestores.

Para o planejamento e decisão das entidades levamos em consideração os custos e despesas variáveis, pois é os que variam proporcionalmente aos produtos fabricados, e assim a sua majoração e seu controle serem mais específicos tornando assim uma principal parte dos custos, contudo faz parte os custos fixos que ao contrario dos custos variáveis são sempre os "menos", portando sendo menos eficaz para a redução dos custos.

2.1 Aplicação das ferramentas de orçamento com a utilização dela pela análise de custo.

Primeiramente se faz necessário entender que o sistema orçamentário é uma combinação de fluxo das informações e processos e de procedimentos administrativos que compõe o planejamento de curto e longo prazo de uma organização. O orçamento é uma importante ferramenta de auxílio à gestão, uma

vez que coordena os esforços de todos os segmentos da empresa para que os objetivos nele traçados possam ser atingidos.

A análise de custos é de extrema importância para a determinação dos controles orçamentários, tendo em vista que os custos são parte integrante do planejamento e orçamento empresarial. Cabe a gestão da entidade determinar em seu planejamento estratégico qual será a margem de contribuição desejada para os produtos/mercadorias vendidas no período, calcular o ponto de equilíbrio econômico, contábil e financeiro, definir se deverá produzir ou comprar o material necessário para a fabricação do produto/mercadoria, entre outras análises importantes do custo dos produtos.

Essa determinação é essencial no planejamento de uma empresa, tendo em vista que será a partir dessas análises que serão montados os objetivos e metas de modo que toda a operação da entidade será conduzida para alcançá-los.

2.2 Métodos de Custeio para a integração dos Custos a Contabilidade gerencial

Para a compreensão dos métodos de custeio primeiramente temos que entender como funciona o registro e a mensuração dos estoques, conforme CPC 16:

o valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais (CPC, 2009).

Existem vários métodos eficientes de apuração de custos como método de custeio variável, custeio por absorção parcial, custeio por absorção integral, custeio ABC ou por atividades, custeio por departamentalização e outros, o conhecimento dos custos em qualquer atividade é de grande importância, sendo que independente do método de custeio utilizado os resultados

propiciam informações úteis para a gestão e otimização dos custos e dos resultados dos processos produtivos.

Em relação aos métodos de custeio, averiguamos a importância da contabilidade de custos para as empresas e em com ela auxilia nas tomadas de decisões, fornecendo dados de padrões, orçamentos e outras formas de previsão. Estudamos sobre os vários métodos eficientes de apuração de custos e os resultados que eles proporcionam. Verificamos a importância do conhecimento dos custos nas atividades e como esse conhecimento ajuda na gestão empreendedora da empresa.

2.3 Auditoria e as informações da análise de custos

A auditoria utiliza-se de demasiados testes a fim de validar os saldos apresentados nas contas de estoques e o resultado do exercício de uma entidade. São exemplos de procedimentos de auditoria para essa finalidade acompanhamento do inventário físico, testes de transação envolvendo a entrada da mercadoria no estoque e seu respectivo cadastro no sistema de informação utilizado, e um dos testes mais importantes é a identificação dos custos envolvidos nos produtos/mercadorias vendidos para a apuração do resultado do exercício. Segundo o Manual de Contabilidade Societária

Um dos aspectos mais complexos na Contabilidade prende-se a apuração e determinação dos custos dos estoques, não só por ser um ativo significativo, mas também pelo fato de que sua determinação por um ou outro valor tem reflexo direto na apuração do resultado do exercício e, ainda, em face da grande quantidade de itens que normalmente compõem os estoques, cuja movimentação de entradas e saídas é constante (IUDÍCIBUS, et al., 2010, p.77).

A auditoria por meio de testes de saldo deverá apurar o custo atribuído às unidades vendidas no período, avaliando a entrada dos estoques e realizando procedimentos a fim de

validar o custo de mão-de-obra direta. Para isso, se faz necessário conhecer qual a metodologia de avaliação de apuração de custos no resultado, lembrando que a legislação do Imposto de Renda restringe os métodos de avaliação ao custo médio ponderado móvel, preço específico e PEPS (IUDÍCIBUS, et. al., 2010, p.78)

A validação dos custos apropriados é de extrema importância para a gestão e análise dos custos, tendo em vista que se o método de custeio utilizado não for realizado de acordo com o esperado, toda a análise de custos ficará comprometida. Além da importância para a gestão dos custos e orçamentos, os testes de auditoria para validação dos custos a serem apropriados são extremamente importantes para o próprio auditor, tendo em vista que essa transação recai diretamente no resultado da empresa, de maneira a impactar de forma relevante as afirmações apresentadas nas Demonstrações Financeiras da companhia. Cabe ao auditor, ao identificar alguma falha na apuração dos custos apresentar sua evidência de auditoria de modo a permitir que a administração determine os ajustes a serem realizados nas contas de resultado e estoque da entidade.

2.4 Custos sociais e mitigação de impactos ao meio ambiente

Algumas empresas possuem uma política corporativa voltada para meio ambiente e sustentabilidade. Essa política tem como objetivo determinar ações corporativas visando a sustentabilidade da companhia e práticas de recuperação, proteção e/ou preservação do ecossistema.

Algumas práticas comuns adotadas pelas companhias são:

- a) reciclagem dos resíduos humanos (lixo em geral);
- b) tratamento de resíduos liberados na produção operacional da companhia;
- c) geração de energias alternativas;

- d) utilização de efluentes industriais previamente tratados;
- e) manutenção de áreas de preservação ambiental;
- f) dentre outras.

Cabe destacar que todas essas medidas tomadas geram custos adicionais às entidades e a sua operação, contudo o resultado final destas medidas geram benefícios sociais e ambientais para toda população da região em que a entidade se encontra, sem contar os benefícios a longo prazo para a própria entidade, como: i) a redução dos custos de energia, devido a geração própria de energia; ii) racionamento de água, através do tratamento e utilização de efluentes industriais; iii) economia de custos na terceirização de tratamento dos resíduos, iv) e outros benefícios que poderão ser apresentados dependendo da medida de preservação/proteção tomada.

3 AUDITORIA

3.1 O Que é Auditoria

Segundo Crepaldi, auditoria pode ser definida como o “levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade” (CREPALDI, 2011). A auditoria contábil, todavia, possui duas ramificações bastante divergentes entre si: a Auditoria Interna e Auditoria Externa. Não é objeto deste estudo diferenciar os ramos da auditoria, mas através deste trabalho será possível verificar algumas diferenças entre as mesmas.

3.2 Auditoria Externa

A auditoria externa possui como trabalho o exame das demonstrações financeiras de uma entidade com o objetivo de

expressar uma opinião sobre a propriedade das mesmas e assegurar que elas representem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado de suas operações e os demais objetos das outras demonstrações apresentadas (CREPALDI, 2011).

3.2.1 Atuação, normas e procedimentos da auditoria externa

Para Boynton, Johnson e Kell, o “objetivo global de uma auditoria de demonstrações contábeis é a expressão de uma opinião se as demonstrações se encontram apresentadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, em todos os aspectos materiais” (BOYNTON, JOHNSON, KELL, 2002, pag.172). Para o alcance desse objetivo a auditoria é necessário um planejamento prévio do processo de auditoria e a execução daquilo que foi planejado. Como resultado, será obtido o Relatório dos Auditores Independentes, onde o auditor independente apresenta a conclusão dos trabalhos de auditoria e a sua resposta para objetivo supracitado, ou seja a sua opinião sobre a adequação das Demonstrações Contábeis às práticas contábeis adotadas no Brasil.

No planejamento e execução de uma auditoria, sete passos são importantes:

1. Obtenção de entendimento do negócio e da indústria.
2. Identificação de afirmações relevantes que constam da demonstração.
3. Decisão sobre quais valores são materiais para os usuários da demonstração.
4. Decisão sobre os componentes do risco de auditoria.
5. Obtenção de evidência mediante procedimentos de auditoria, inclusive procedimentos para entendimento dos controles internos, realização de testes sobre tais controles e realização de testes substantivos.
6. Determinação de como as evidências constatadas serão utilizadas para fundamentar o parecer de auditoria,

outras comunicações para o cliente e outros serviços que agregam valor.
7. Comunicação das descobertas (BOYNTON, JOHNSON, KELL, 2002, pag.172).

Estes passos resumem o trabalho da auditoria, e através destes o auditor poderá obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião sobre as Demonstrações Contábeis em estudo. Todavia, é importante ressaltar que o trabalho de auditoria é regido por normas, deliberadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e que cada um destes passos é apresentado e descrito dentro dessas normas.

Assim como as outras ramificações do profissional de contabilidade, a auditoria externa é regida pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente as NBC-TA's. Dentre as NBC-TA's estão assuntos diversos que vão desde a proposta dos trabalhos de auditoria encaminhada ao cliente, transpassam o objetivo da auditoria, o planejamento dos trabalhos, os procedimentos de auditoria, documentação de auditoria, evidência de auditoria e toda informação necessária para a início, execução e conclusão de um trabalho de auditoria adequado e que possa fornecer ao usuário do Relatório dos Auditores Independentes confiança sobre a opinião ali apresentada.

Há uma norma específica para uma das maiores dúvidas da auditoria, que é a responsabilidade do auditor. A NBC TA 240, que trata a responsabilidade do auditor relacionada com fraude em auditoria de demonstrações contábeis, deixa bastante claro ao auditor que sua responsabilidade está em "obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, não contém distorções relevantes, causadas por fraude ou erro" (CFC, 2009), ou seja cabe ao auditor apenas a validação e confirmação das principais afirmações chaves pelas Demonstrações Contábeis (BOYNTON, JOHNSON, KELL, 2002, pag. 31).

3.2.2 Motivos para a contratação de uma auditoria independente

Segundo Almeida, os motivos mais comuns para uma empresa contratar uma auditoria independente são (ALMEIDA, 2003, pag. 33):

- a) obrigação legal (companhias abertas, fundos de pensão, seguradoras, etc.);
- b) medida de controle interno tomada pelos acionistas, proprietário ou administrador;
- c) imposição bancária para cessão de empréstimo;
- d) imposição de fornecedor para financiar a compra de matéria-prima;
- e) atendimento de exigências estatutárias;
- f) para futura cisão, fusão ou incorporação da mesma; e
- g) para fins de consolidação das demonstrações contábeis com a matriz ou holding.

3.2.3 Benefícios empresariais na contratação de uma auditoria independente

Em análise a sociedade STC, verificamos que a mesma possui a prática de contratar uma auditoria independente como uma medida de controle interno tomada pelos proprietários. O Relatório do Auditor Independente proporciona a governança e a administração uma maior confiança nas Demonstrações Financeiras de sua companhia, tendo em vista que os valores e as principais afirmações das demonstrações estão salvaguardadas com um alto nível de confiança pela opinião dos auditores. Ainda assim, cabe ressaltar que uma auditoria nunca proporciona 100% de certeza sobre os saldos apresentados, embora tenha executado testes substantivos e de observância sobre os saldos e transações relevantes de forma a reduzir drasticamente os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis.

3.3 Auditoria Interna

O *Institute of Internal Auditors* - IIA (Instituto de Auditores Internos) define auditoria interna como:

uma atividade independente, de garantia e de consultoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar as operações de uma organização. Assiste a organização na obtenção dos seus objetivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gestão de risco, controle e governança (IIA, 2012).

Como mencionado pelo instituto internacional dos auditores internos, a auditoria interna possui grande importância para acrescentar valor a uma organização e melhorar seus procedimentos operacionais. No contexto de controles internos, a auditoria interna é quem monitora, examina e avalia a adequação e eficácia dos outros controles (BOYNTON, JOHNSON, KELL, 2002, pag. 932).

Para fins de ilustração, imagine que o Comitê de Auditoria de uma companhia deseja verificar se os saldos apresentados nos estoques de mercadorias para revenda são reais e se os controles operacionais estão sendo eficazes. Essa empresa possui um sistema de controle de estoques através de *chips* de identificação presentes nas embalagens dos produtos, de maneira que os produtos são eletronicamente monitorados entre os galpões. Seria prudente ao auditor interno: avaliar o nível de segurança do monitoramento através de testes de observância e se necessário testes sistemáticos; realizar testes substantivos no sistema de gestão, observando sua integração com a contabilidade; acompanhar o processo de entrada e saída das mercadorias, validando além da entrada e da saída, a afixação dos *chips* nas novas mercadorias que entraram; e por fim, auxiliar e acompanhar o processo de inventário do estoque, desde a preparação das instruções, participando das

reuniões com os participantes do inventário, até sua conclusão e obtenção dos relatórios.

Durante todo o tempo em que o auditor interno encontra-se realizando seus procedimentos, deve evidenciar tudo aquilo que verificou, apresentando aos gestores no momento oportuno suas sugestões de melhoria das operações. Cabe ao final do trabalho concluir sobre os procedimentos operacionais adotados, apresentar as dificuldades operacionais encontradas e elucidar quais foram suas sugestões para aprimoramento dos controles que podem gerar mais confiança nos saldos obtidos e na eficácia da operação.

3.3.1 Abrangência da auditoria

Um aspecto bastante interessante dos trabalhos de auditoria, tanto externa como interna, é que o processo de auditoria abrange quase que a totalidade dos assuntos contábeis, econômicos e administrativos. No caso das disciplinas apresentadas na grade curricular do 6º período de Ciências Contábeis, a auditoria poderá utilizar de seus conhecimentos da seguinte maneira:

3.3.2 Orçamento empresarial

O auditor deverá atentar em seu trabalho para a comparação entre orçamentos apresentados no ano anterior e o que de fato se realizou no período em análise, de modo que consiga identificar alguma possível mudança de políticas estratégica nas operações da entidade para acompanhar o mercado e o andamento da operação sem afetar a continuidade do seu negócio. Além disso sua análise crítica sobre o orçamento é bastante importante, uma vez que a identificação das diretrizes da entidade e do plano estratégico dela para o ano

em análise pode relatar algum indício de descontinuidade operacional.

3.3.3 Análise de custos

O auditor, em sua análise dos estoques deve verificar quais são as metodologias utilizadas pelo gestor de modo a averiguar se a prática que a entidade está adotando está de acordo com as normas internacionais de contabilidade apresentadas pelo CPC 16 - Estoques. Ademais, é de grande importância que o auditor identifique se os custos estão sendo corretamente apropriados ao custo da mercadoria, se está de acordo com o contabilizado nos estoques, bem como se as despesas estão sendo apropriadas ao resultado no momento correto, quando é apropriada à receita de venda. É importante ao auditor analisar se a margem de contribuição está de acordo com aquela desejada pela administração, podendo afetar a continuidade da companhia.

3.3.4 Sistemas contábeis

As obrigações acessórias são de extrema importância para a análise do auditor. O atraso na entrega das obrigações pode gerar uma multa considerável para a entidade. Ademais, o preenchimento incorreto das obrigações acessórias caso seja averiguado por um fiscal da Receita Federal ocasionará na autuação da empresa e provavelmente no pagamento de multa e juros.

3.3.5 Ética profissional

Assim como qualquer profissional da área contábil, o auditor está sujeito ao código de ética da profissão contábil, incluindo as suas normas, vetos e penalidades..

4 ORÇAMENTO EMPRESARIAL

Um sistema de planejamento global e um conjunto de planos e políticas que, formalmente estabelecidos e expressos em resultados financeiros, permite à administração conhecer, a priori, os resultados operacionais da empresa e, em seguida, executar os acompanhamentos necessários para que esses resultados sejam alcançados e os possíveis desvios sejam analisados, avaliados e corrigidos.

Durante a elaboração do orçamento empresarial, com os indivíduos de cada departamento envolvidos nesse processo, este poderá ser dividido em três grandes grupos distintos:

Planejamento Econômico: Onde serão orçados os valores de vendas, produção, matéria-prima, mão-de-obra, custos de produção, despesas administrativas, despesas comerciais e despesas financeiras.

Planejamento Financeiro: Onde serão orçados os valores de contas a pagar, contas a receber, Aplicações financeiras, empréstimos e caixa.

Planejamento Tributário: Onde visa diminuir o pagamento de tributos.

4.1 Planejamento Econômico

Devemos destacar nesse grupo, o Estudo e Análise de Custos, onde nos dará o suporte necessário para previsão dos gastos que irão ocorrer com a empresa. A análise de custos baseia-se, fundamentalmente, na identificação dos custos e despesas gerados pelos processos da organização. O trabalho proposto possui o intuito de verificar se, somados, estes gastos são superiores ou inferiores às receitas da empresa, o que se traduz por prejuízo ou lucro do exercício.

4.2 Planejamento Financeiro

Segundo Gitman (1997, p. 589):

O planejamento financeiro é um aspecto importante para o funcionamento e sustentação da empresa, pois fornece roteiros para dirigir, coordenar e controlar suas ações na consecução de seus objetivos. Seu planejamento consiste em avaliar e estudar a evolução do dinheiro no tempo, podendo utilizar a Matemática Financeira como sua principal ferramenta, para que o planejamento a longo prazo seja mais eficaz.

4.3 Planejamento Tributário

Segundo Fabretti (2006, p.32), planejamento tributário é:

O estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas, denomina-se Planejamento Tributário, que exige antes de tudo, bom senso do planejador.

O estudo aprofundado desse seguimento é fundamental para que seja feito um planejamento ideal, interpretando as leis que lhe rege. Tal suporte poderia ser tirado através do Direito Tributário, que é o conjunto das leis reguladoras da arrecadação dos tributos (taxas, impostos e contribuição de melhoria), bem como de sua fiscalização. Regula as relações jurídicas estabelecidas entre o Estado e contribuinte no que se refere à arrecadação dos tributos.

5 ESPECIFICIDADES DA CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL

A Contabilidade Aplicada à Administração Pública, seja na área Federal, Estadual, Municipal ou no Distrito Federal, tem, como embasamento, a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração

e o controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Costuma-se dizer que a Lei no 4.320/64 está para a Contabilidade Aplicada à Administração Pública assim como a Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76, (alterada pela Lei 11.638/07); está para a Contabilidade aplicada à atividade empresarial.

A Contabilidade Pública registra a previsão da receita e a fixação da despesa, estabelecida no Orçamento Público aprovado para o exercício, escritura a execução orçamentária da receita e da despesa, faz a comparação entre a previsão e a realização das receitas e despesas, controla as operações de créditos, a dívida ativa, os valores, os créditos e obrigações, revela as variações patrimoniais e mostra o valor do patrimônio, podendo ser definida como o ramo da contabilidade que coleta, registra e controla os atos e fatos da Fazenda Pública, mostra o Patrimônio Público e suas variações, bem como acompanha e demonstra a execução do orçamento.

5.1 Entrevista

Quais são os pilares da contabilidade pública?

Em primeiro lugar, evidenciação do patrimônio público, logo o auxílio ao sistema de controle interno e externo que possibilita a geração de formação fidedigna para o público externo.

Qual fator ou ponto mais relevante da contabilidade pública em relação ao setor privado?

- A origem pública
- Atingimento social
- Destinação do recurso público

A contabilidade pública teve uma origem diferenciada das ciências contábeis?

Não. É um ramo dessa ciência que serve de instrumentação para sua determinada especificação.

Se a contabilidade pública não tem lucro acumulado, qual será o destino da apuração de resultado do exercício?

É incorreto determinar que a contabilidade pública, não se preocupa com a destinação do resultado. Dado que; se na apuração do resultado de um exercício, obtendo um resultado superavitário, pode-se impactar a contabilidade orçamentária do ano seguinte.

Mas há de se considerar, que falta evidenciação dos lançamentos. Ex: Provisão de intangível e maior observação do regime de competência.

Em toda sua carreira pública, qual o fato gerado que exigiu maior especificidade da contabilidade pública?

Quando exigiu na contabilidade pública o ápice da especificidade, vimos que houve a necessidade do surgimento de um divisor de águas, que foi a edição da LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, fato concreto que tem sido implementado aos poucos com o prazo postergado pela RECEITA FEDERAL.

5.2 Lei Complementar N° 101/2000 (LRF)

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - Anexo I - apontada pelo entrevistado é o principal instrumento controlador das contas públicas no Brasil, estabelecendo

metas, limites e condições para a administração das Receitas e das Despesas. Desta maneira, a LRF representa um instrumento para auxiliar os governantes a gerir os recursos públicos dentro de um macro de regras claras e precisas, aplicadas a todos os gestores públicos e em todas as esferas de governo, relativas à gestão da receita e da despesa pública, ao endividamento e à gestão do patrimônio público.

A LRF consagra a transparência da gestão como mecanismo de controle social, através da publicação de relatórios e demonstrativos da execução orçamentária, apresentando ao contribuinte a utilização dos recursos que ele coloca à disposição dos governantes. Uma administração transparente e democrática deve mostrar o que fazer e de onde retirar seus recursos, para que o governante possa contar com a confiança da população e para que esse contribuinte tenha a oportunidade de acompanhar como é aplicado o dinheiro público.

O controle é aprimorado pela maior transparência e pela qualidade das informações, exigindo uma ação fiscalizadora mais efetiva e contínua dos Tribunais de Contas.

6 ÉTICA PROFISSIONAL

6.1 Definição

O termo ética deriva do grego ethos (caráter, modo de ser de uma pessoa). Ética é um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana na sociedade. A ética serve para que haja um equilíbrio e bom funcionamento social, possibilitando que ninguém saia prejudicado. Neste sentido, a ética, embora não possa ser confundida com as leis, está relacionada com o sentimento de justiça social.

A ética possui diferentes definições de acordo com o autor. Alguns filósofos definem a ética como segue:

Para Durkheim, Levy Bruhl, a ética é a "Ciência dos Costumes".

Para Vásquez, a ética é a teoria ou ciência do comportamento dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano (VÁSQUEZ, 1990).

6.2 Ética Profissional

A ética profissional é um conjunto de atitudes e valores positivos aplicados no ambiente de trabalho. A ética no ambiente de trabalho é de fundamental importância para o bom funcionamento das atividades da empresa e das relações de trabalho entre os funcionários.

O profissional da área Contábil a muito tempo deixou de ser um mero responsável pela contabilidade organizacional e passou a ser um braço direito da administração geral da Companhia, auxiliando nas tomadas de decisão, análise de projeção de faturamento, produção, custos, enfim, tornou-se um dos responsáveis pela continuidade da Companhia.

Sendo assim, o profissional contábil deve obter conhecimento em várias áreas, ligadas a Ciências Contábeis. Portanto, não somente o Código de Ética Profissional do Contabilista deve ser observado pelo contador, e sim criar os seus valores morais, a chamada ética universal, por Kant.

Kant faz até uma crítica a ética tradicional por serem:

- Empíricas - cujo conteúdo é extraído da experiência e portanto não permite leis universais; os preceitos das éticas materiais são hipotéticos ou condicionais (meios para atingir um fim; e as éticas materiais são heterônomas - a lei moral é recebida, não radica na razão. A vontade é determinada a atuar deste ou daquele modo por desejo ou inclinação.

Na base da moral Kantiana está presente um determinado conceito de Homem, onde o homem é um ser que se auto-regula a si mesmo, que se auto-determina em liberdade, possui neste

sentido um poder absoluto - a sua razão autónoma e livre determina sua própria lei.

Diante disso o contador deve definir sua própria conduta ética, desde que isso não interfira na ética do próximo.

7 SISTEMAS CONTÁBEIS

7.1 Introdução

Atualmente, no contexto empresarial, podem-se conceituar os sistemas de informação como aplicativos que organize os dados da empresa e os transformem em informações geradas em relatórios e/ou arquivos magnéticos. A tecnologia da informação auxilia as empresas e seus profissionais que desejam manterem-se competitivas, pois além dela propiciar produtos melhores e mais modernos, faz também da informação, um instrumento eficiente de gestão empresarial para a tomada de decisões. Com isso, Abordaremos o tema dos com objetivo de apresentar a importância sobre a utilização dos sistemas de informação contábil como componente de auxílio na tomada de decisão. É importante ressaltar também que podem ocorrer falhas, pois como todo sistema pode estar sujeito a falhas (ou mesmo fraudes). Uma informação ignorada ou registrada erroneamente, por exemplo, pode distorcer relatórios e levar a decisões erradas. Por isto a importância também de se manter com frequência auditorias e outras conferências nas informações que alimentam o sistema.

7.2 As Obrigações Acessórias

As pessoas jurídicas e equiparadas, perante a Legislação Comercial, Fisco Federal, Ministério do Trabalho e Previdência Social, independentemente do seu enquadramento jurídico ou da

forma de tributação perante o Imposto de Renda, estão obrigadas a cumprir com várias obrigações ou normas legais. A seguir, lista-se as principais destas obrigações:

Declaração	Fundamento Leg	Periodicid	Meses de Aprese	Prazo Final de Entrega (º dia de	Segmento
DAICON - MENSAL (e-CNPJ) - Demonstrativo das Contribuições Sociais	IN 590/2005	Menzal	Menzal	5	Indústria, Comércio, Serviços e Terceiro Setor
SPED (EFD) - (e-CNPJ)	Convênio ICMS 143/2006	Menzal	Menzal	5	Indústria, Comércio, 3º Setor (cf Inscrição Estadual)
GEFIP/SEFIP (INSS,FGTS)	Lei 9528/1997	Menzal	Menzal	7	Pessoas físicas ou jurídicas sujeitas ao recolhimento do FGTS
DMS - DES(BH)	LEI Nº. 6.498/93	Menzal	Menzal	5	Instituições Financeiras e assemelhadas com atividade principal ou acessória a coleta, a intermediação, a aplicação ou a administração de recursos financeiros ou valores mobiliários
GIA - Guia de Informação e Apuração do ICMS - ST	Decreto nº 45.490/2000 artigo 254	Menzal	Menzal	10	unidades da Federação, na condição de responsáveis, que efetuem retenção do ICMS-ST
GPS - Envio ao Sindicato	Decreto nº 3.048/1999	Menzal	Menzal	10	Indústria, Comércio, Serviços e Terceiro Setor
SINTEGRA	Portaria CAT 32/96	Menzal	Menzal	15	Indústria, Comércio, 3º Setor (cf Inscrição Estadual)
DCTF - MENSAL (e-CNPJ) - Declaração do Débito e Crédito Tributário Federal	IN 974/2009	Menzal	Menzal	20	Indústria, Comércio, Serviços e Terceiro Setor (Exceto Simples Nacional/MEI)
GIA - Guia de Informação e Apuração do ICMS	Decreto nº 45.490/2000	Menzal	Menzal	16 a 19	Indústria e Comércio
DIPJ - Eventos de Extinção, Fusão, Cisão e Incorporação	N RFB nº 951 de 2005	Pontual	Pontual	último dia útil mês seguinte	
DIRF - Eventos de Extinção, Fusão, Cisão e Incorporação	IN SRF 670/06	Pontual	Pontual	último dia útil mês seguinte	
IRPF - Carnê-Índice	IN SRF nº 15 de 2001	Menzal	Menzal	último dia útil mês	
IRPF - Lucro na alienação de bens ou direitos		Menzal	Menzal	último dia útil mês	
IRPF - Renda variável		Menzal	Menzal	último dia útil mês seguinte	
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (M.T.E.)	Medida Provisória n.º	Menzal	Menzal	7	Indústria, Comércio, Serviços e Terceiro Setor
MANAD - Manual Normativo de Arquivos Digitais (Previdência Social)	IN SRP 12/2006	Menzal	Menzal	Fiscalização	PJ que utilizam sistema de processamento eletrônico de dados para o registro de negócios e atividades econômicas, escrituração de livros ou produção de documentos de natureza contábil, fiscal, trabalhista e

7.3 Correlação - Sistemas Contábeis x Auditoria

O trabalho de auditoria exige adaptação a diversas áreas, em principal na área de tecnologia e informática, pois é de grande importância a segurança dos dados gerados e a observação dos detalhes advindos da informatização. Segundo Sá (2000, p. 480), "As fraudes aumentaram, consideravelmente, nas empresas que adotam sistemas computadorizados". Alterar registros e dados ficou mais fácil, com isso os riscos aumentaram. Em pouco tempo houve uma grande evolução da

tecnologia, trazendo rapidez, agilidade e, até certo ponto, a confiabilidade nas operações que são realizadas através da informática. Já a auditoria teve que se adaptar rapidamente às inovações tecnológicas para que se pudessem auditar os sistemas de informações contábeis e os dados deles resultantes. Este avanço acelerado da informatização trouxe as empresas de auditoria tanto benefícios para execução dos seus trabalhos, quanto dificuldades que poderão vir a inibir esta execução. O auditor precisa conhecer a qualidade do sistema de informação utilizado pela empresa auditada antes de elaborar seu planejamento, bem como o grau de proteção destes sistemas. Para isso, segundo Gil (2000), o auditor necessita ter conhecimentos em informática, uma equipe que conheça bem a execução das tarefas nos computadores e até, conforme o caso, dispor de especialistas na área tecnológica. Para Bierstaker, Burnaby e Thibodeau (2001) a Tecnologia é essencial para que os Auditores entendam o processo de negócios dos seus clientes e o conteúdo dos papéis de trabalho produzidos no ambiente da Auditoria. Os questionários de avaliação dos sistemas contábeis precisam possuir detalhamentos que se ampliam de acordo com cada situação. Caso o questionário de avaliação não seja suficiente para análise completa dos dados, será preciso realizar outros questionamentos para complementação desta análise.

As mudanças ocorridas no processo de auditoria em decorrência do avanço tecnológico dividem opiniões quanto à sua efetiva contribuição. No entanto, emerge um questionamento face a situação de pesquisa: De que forma o avanço tecnológico impactou a Auditoria Contábil? Contudo, a relevância da presente pesquisa está em buscar demonstrar se o desenvolvimento tecnológico auxiliou de forma positiva ou negativa os profissionais e o trabalho de auditoria, no que concerne aos registros contábeis, ao controle interno das

empresas e a qualidade do sistema de informação contábil das empresas.

7.4 Correlação - Sistemas Contábeis x Contabilidade de Custos

7.4.1 DIPJ - A relação estoques X custos

Cientes da responsabilidade de apresentar as informações corretas para a Receita Federal, alertamos aos empresários a relação estreita entre Receitas x Custo x Estoque, que procede da seguinte maneira: A apuração dos Custos acontece com base em registro permanente de estoque ou no valor dos estoques existentes, de acordo com o livro de inventário, no fim do período de apuração. Assim, temos a apuração do Custo das Mercadorias Vendidas através da fórmula:

$$\text{CMV} = \text{Estoque Inicial} + \text{Compras} - \text{Estoque Final}$$

Portanto, a informação do total das Compras na DIPJ deve ser precisa para a apuração do Custo que determinará o Lucro. A informação da Receita de Vendas também deve estar precisa, pois possibilita o cruzamento com os saldos dos estoques, com o das compras e, conseqüentemente, com o dos Custos. Para as empresas optante pelo Lucro Presumido, é fundamental a utilização da Contabilidade para bem atender a todas as exigências legais (Marcelo Caixeta, 2010).

7.4.2 Utilização de sistemas contábeis - Análise dos custos.

O retorno de investimento esperado justifica o custo e a motivação para investimento num sistema tipo ERP. Existem benefícios quantitativos e benefícios intangíveis envolvidos com a decisão de investimento. Os benefícios quantitativos, por seu lado, impactam de forma decisiva na lucratividade e no capital de giro. Toda essa avaliação deve levar em conta a

comparação do desempenho da empresa antes e depois da implementação do ERP. Outros fatores podem ser utilizados para a justificativa de um ERP, como por exemplo, os aspectos legais e fiscais obrigatórios. Os maiores custos são advindo de uma implantação de um ERP sem sucesso. A empresa, além do custo direto com o sistema, fica com:

- a) O desgaste de uma mudança fracassada;
- b) A não obtenção dos benefícios esperados;
- c) A cultura de que sistema não funciona (dá certo) na empresa.

A seguir são abordados os problemas mais comuns e as soluções de como implementar de forma adequada um sistema de ERP. A realidade tem mostrado que o impacto do ERP se faz sentir em empresas de todos os portes, tanto naquelas com produtos e serviços padronizados, como naquelas de produtos e serviços sob demanda e diferenciados para cada cliente. Benefícios típicos:

- a) Os benefícios mais significativos envolvem:
- b) Redução de estoque;
- c) Custo de materiais;
- d) Custo de mão de obra;
- e) Acréscimos de vendas e serviços aos clientes.

7.5 Pesquisa de Campo

Nossa pesquisa de campo teve como alvo a empresa de gestão Contábil STC-Gestão Contábil. Decidimos em planejamento que a forma de obtenção das informações necessárias para a conclusão de nossa tarefa usaria a metodologia da entrevista por amostra, ou seja, focaríamos a entrevista com uma tomada geral da visão que os funcionários da STC têm sobre a utilização dos ERP. Segue abaixo alguns pontos de destaque.

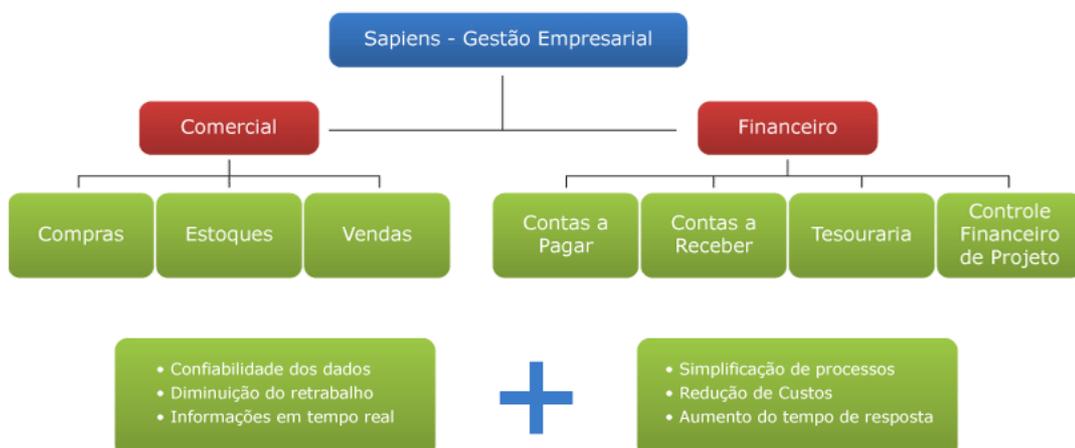
Algumas das vantagens:

- Eliminar o uso de processos manuais
- Reduzir custos
- Otimizar o fluxo da informação e a qualidade da mesma dentro da organização
- Otimizar o processo de tomada de decisão
- Eliminar a redundância de atividades
- Reduzir os limites de tempo de resposta ao mercado
- Incorporação de melhores práticas de mercado aos processos internos da empresa

Algumas desvantagens:

- Automatização do Profissional
- Desligamento do serviço em análise global, estagnação para determinada atividade.

A STC utiliza como ERP o Software chamada SAPIENS. A Companhia disponibilizou um esquema de quais são as funcionalidades deste software para seus clientes.



Alguns dos gestores revelaram que os seus subordinados acabam se tornando especialistas em seus devidos setores. Explicando, eles revelam que cada setor, dentro de seu

escritório, é responsável por uma determinada área contábil. E estes setores ainda possuem ramificações, divididos devido à importância de controle na realização de determinadas tarefas. Como exemplos foram citados os EFD (escrituração fiscal digital), na qual possuem profissionais capacitados para cada tipo de declaração a ser realizada. Destacado pelos Gestores, o ponto que faz da STC um sistema que agrada seus clientes, é a capacidade de capturar profissionais adequados no mercado de trabalho e lapidá-los com treinamentos, com isso os gestores da STC busca estar sempre próximos aos seus colaboradores para acompanhar a evolução e os devidos méritos a serem alocados por estes profissionais.

8 CONCLUSÃO

A execução do trabalho interdisciplinar nos permitiu estabelecer uma correlação entre as respectivas disciplinas integrantes do trabalho. Observamos que a Ética Profissional é integralmente presente nos trabalhos de Auditoria; a Auditoria por sua vez foi fundamental para o início do desenvolvimento dos estudos e análises de custo, e que os procedimentos de custeio são demasiadamente importantes para a validação dos saldos tanto de estoques, quanto do resultado do exercício; de igual maneira, percebemos que a identificação dos custos é fundamental para a elaboração de orçamentos empresariais sólidos e eficientes; que hoje na era da informação e da tecnologia, os sistemas contábeis são fundamentais para obtenção de dados confiáveis e até mesmo no auxílio para elaboração de orçamentos, dos custos atribuídos, enfim, da qualidade da informação contábil como um todo.

Dessa forma, com o aprendizado adquirido no decorrer do trabalho tornou mais claro que um profissional de contabilidade que almeja ser desejado no mercado deve além de entender todo o conteúdo do curso de Ciências Contábeis, e estar atualizado com as legislações pertinentes a sua área de atuação, é mais que necessário a compreensão do inter-relacionamento entre os diferentes conteúdos e que as implicações colaterais de erros em algum procedimento contábil irá atingir não somente aquela área, mas pode comprometer boa parte da organização contábil-financeira da entidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Auditoria: Um curso moderno e completo*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BIERSTAKER, J. L.; BURNABY, P.; THIBODEAU, J. The impact of information technology on the audit process: an assessment of the state of the art and implications for the future. *Managerial Auditing Journal*. 16-03-2001, p. 159-164. Disponível em: <<http://www.emeraldlibrary.com/10.1108/02686900110385489>>. Acesso em: 06 mai. 2012.

BOYNTON, William; JOHNSON, Raymond; KELL, Walter. *Auditoria*. Tradução de José Evaristo dos Santos. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Lei Complementar nº 101/2000: Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/hp/downloads/lei_responsabilidade/lc101_2000.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2012.

CHAUI, Marilena. *Filosofia*. (Serie Novo Ensino Médio). Volume único. 1. ed. São Paulo: Ática. 2009.

CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Pronunciamento Técnico CPC 16: Estoques*. 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_16_R1.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2012.

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Auditoria contábil: teoria e prática*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FABRETTI, Láudio Camargo. *Contabilidade Tributaria*. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antonio de Loureiro. *Auditoria de computadores*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GITMAN, Lawrence J. *Princípios da administração financeira*. 1. ed. São Paulo: Habra, 1997.

IIA, Institute of Internal Auditors. *Definition of Internal Auditing*. Disponível em: <<https://na.theiia.org/standards-guidance/mandatory-guidance/Pages/Definition-of-Internal-Auditing.aspx>>. Acesso em: 22 mai. 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Arioaldo dos. *Manual de Contabilidade Societária*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Prática*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França. *Tecnologia da Informação Aplicada a Sistemas de Informação Empresariais*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SÁ, Antônio Lopes de. *Curso de auditoria*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA JUNIOR, Amaro da. *Contabilidade Governamental*. Entrevista concedida a Leonardo de Paula. Maio de 2012.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánches. *Ética*. 12.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

ANEXO I

FLUXOGRAMA DE AÇÃO NA LEI DE RESPONSABILIDADE

